



Cultura, Cidadania e Políticas Públicas 2

Alvaro Daniel Costa
(Organizador)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa

(Organizador)

Cultura, Cidadania
e Políticas Públicas 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas 2 [recurso eletrônico] /
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-078-0

DOI 10.22533/at.ed.780192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado “cultura, políticas públicas e sociais” e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO	
Isabela Alves Daudt	
DOI 10.22533/at.ed.7801925011	
CAPÍTULO 2	9
OS IMPACTOS DA ATUAL REFORMA DO ENSINO MÉDIO, DECRETO-LEI Nº 13.415/17, NA FORMAÇÃO DOS JOVENS DE BAIXA RENDA E MINORIAS ÉTNICAS	
Luciana Vieira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.7801925012	
CAPÍTULO 3	18
O AFRONTA VAI À ESCOLA - PROJETO AFRONTANDO SEU CONHECIMENTO	
Elias Csta de Oliveira	
Kelara Menezes da Silva	
Sérgio Marques da Silva	
Vanderson Visca Duarte	
Julio Ricardo Quevedo	
DOI 10.22533/at.ed.7801925013	
CAPÍTULO 4	26
AS CRIANÇAS E AS ARTES VISUAIS: O AUTORRETRATO E A IDENTIDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Bianca Cristina da Silva Trindade	
Renato Noguera	
DOI 10.22533/at.ed.7801925014	
CAPÍTULO 5	38
CURRÍCULO AFROCENTRADO E PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: A CULTURA AFRO-BRASILEIRA DENTRO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Juliana Trajano dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7801925015	
CAPÍTULO 6	51
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PRÁTICAS DE EXCLUSÃO E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Sabrina Araujo de Almeida	
Bruno Viviani dos Santos	
Pedro Humberto Faria Campos	
DOI 10.22533/at.ed.7801925016	
CAPÍTULO 7	62
FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA PESQUISA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES- RJ	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro	
Thamires Gomes da Silva Amaral	
Franciele Ramos da Costa Silva	
Nadir Francisca Sant'Anna	
DOI 10.22533/at.ed.7801925017	

CAPÍTULO 8	72
AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE ENSINO	
Sandra Lia de Oliveira Neves	
DOI 10.22533/at.ed.7801925018	
CAPÍTULO 9	82
PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO NA ESCOLA INCLUSIVA: SUPORTE DE ACESSIBILIDADE	
Maria Piedade Stelito Sabino	
Edicléa Mascarenhas Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.7801925019	
CAPÍTULO 10	85
A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO E A MEDIAÇÃO DIDÁTICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA ESCOLAR	
Rafaella César dos Santos Sousa	
Ana Claudia Ramos Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.78019250110	
CAPÍTULO 11	101
AFETIVIDADES EM WALLON E AS PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL EM SÃO GONÇALO - RJ	
Lucas Salgueiro Lopes	
Arthur Vianna Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.78019250111	
CAPÍTULO 12	119
O TRABALHO DO PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM ESCOLAS DA BAIXADA FLUMINENSE	
Ana Paula de Carvalho Machado Pacheco	
Helenice Maia Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.78019250112	
CAPÍTULO 13	128
A EDUCAÇÃO ESCOLAR DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA LEGISLAÇÃO NACIONAL	
Joana da Rocha Moreira	
Alan Rocha Damasceno	
DOI 10.22533/at.ed.78019250113	
CAPÍTULO 14	146
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA INCLUSÃO ESCOLAR	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro	
Andréa Leonardo de Freitas Pereira	
Lucy Caldeira Gobeti	
Bianka Pires André	
DOI 10.22533/at.ed.78019250114	

CAPÍTULO 15	154
TEMPO COMUNIDADE - ESPAÇOTEMPO POTENCIALIZADOR DE EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO	
Francisca Marli Rodrigues de Andrade Letícia Pereira Mendes Nogueira Marcela Pereira Mendes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.78019250115	
CAPÍTULO 16	162
REFLEXÕES SOBRE ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA	
Bárbara Braga Wepler Mário José Missaglia Junior	
DOI 10.22533/at.ed.78019250116	
CAPÍTULO 17	173
DA UNIVERSIDADE À ESCOLA: A INDUÇÃO PROFISSIONAL DE ESTAGIÁRIOS DE EDUCAÇÃO	
Vitor Alexandre Rabelo de Almeida Tatiane de Lima Bessa Vieira Elizângela Cely	
DOI 10.22533/at.ed.78019250117	
CAPÍTULO 18	182
FORMAÇÃO INICIAL DE EDUCADORES PARA A EJA: CONTRIBUIÇÕES EM UM CURSO DE PEDAGOGIA	
Jaqueline Luzia da Silva Janahina de Oliveira Batista Jussara Soares Campos Leite	
DOI 10.22533/at.ed.78019250118	
CAPÍTULO 19	193
CORPO, CURRÍCULO E RESISTÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE AS CLASSES DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA REDE MUNICIPAL DE NITERÓI	
Samuel Barreto dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.78019250119	
CAPÍTULO 20	204
ENSINO POR PROJETOS COMO POLÍTICA PÚBLICA: ABERTURA PARA OUTROS SENTIDOS DO TRABALHO ESCOLAR?	
Mónica Rocío Barón Montaña	
DOI 10.22533/at.ed.78019250120	
CAPÍTULO 21	220
A GINÁSTICA COMO CONTEÚDO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL 1 E COMO POSSIBILIDADE PARA COMBATER PRECONCEITOS	
Poliane Gaspar de Cerqueira	
DOI 10.22533/at.ed.78019250121	

CAPÍTULO 22 229

MENOS ESCOLAS, MAIS CADEIAS? QUANDO UMA IMAGEM SUSCITA MAIS QUE MIL PALAVRAS

Stephane Silva de Araujo

Maria Cecilia Lorea Leite

DOI 10.22533/at.ed.78019250122

SOBRE O ORGANIZADOR..... 241

FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA PESQUISA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES- RJ

Ana Luiza Barcelos Ribeiro

Pós-Graduação em Cognição e Linguagem
UENF, Professora UNESA e FAMESC
Campos dos Goytacazes, RJ

Thamires Gomes da Silva Amaral

Pós-Graduação em Cognição e Linguagem UENF
Campos dos Goytacazes, RJ

Franciele Ramos da Costa Silva

Pós-Graduação em Cognição e Linguagem
UENF
Campos dos Goytacazes, RJ

Nadir Francisca Sant'Anna

Doutora e professora da Pós-Graduação em
Cognição e Linguagem – UENF
Campos dos Goytacazes, RJ

Bianka Pires André

Doutora e professora da Pós-Graduação em
Cognição e Linguagem – UENF
Campos dos Goytacazes, RJ

RESUMO: O número de crianças com deficiência matriculadas na rede regular de ensino vem aumentando gradativamente durante os últimos anos, e isto aponta para a necessidade de formação docente capacitada para trabalhar com a diversidade. A proposta deste artigo é possibilitar reflexões sobre a realidade que se encontra a formação docente à luz da inclusão, no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Embora leis e decretos venham sendo

elaborados para que a educação seja inclusiva e permita a todos uma aprendizagem efetiva. Para alcançar esse objetivo, primeiramente orientamos a um breve apanhado de leis, declarações e orientações que apontam a necessidade de trabalhar o presente tema com rigor e responsabilidade. Os procedimentos metodológicos foram de natureza qualitativa. Os resultados apontam a defasagem na abordagem do tema inclusão durante a formação docente e à carga horária que impede que o professor consiga realizar cursos de capacitação, o que nos leva a compreensão de fatores que dificultam a elaboração e aplicação de práticas pedagógicas inclusivas.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente, Educação Inclusiva, Legislação.

ABSTRACT: The number of children with disabilities enrolled in the system of regular school over the last few years has increased, and it indicates to the need for teacher training to work with diversity. The purpose of this article is to provide reflections on the reality of teacher education in light of inclusion, in the municipality of Campos dos Goytacazes / RJ. Although laws and decrees are being drawn up so that education be inclusive and enables everyone an effective learning. In order to achieve this goal, we first list a brief survey of laws, declarations and guidelines that point out the need to work on

this theme with rigor and responsibility. The methodological procedures were qualitative in nature. The results point to the lack of approach to the topic inclusion during teachers education and to the workload that prevents the teacher from being able to carry out training courses, which leads us to understand factors that make it difficult to elaborate and apply inclusive pedagogical practices.

KEYWORDS: Teacher education, Inclusive Education, Legislation.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Censo Escolar de 2017, o número de crianças matriculadas na educação especial, tanto no município de Campos dos Goytacazes/RJ, como no estado do Rio de Janeiro e no Brasil é crescente, o que nos aponta a uma situação alarmante relacionada a preparação dos profissionais e das escolas para receberem esse quantitativo de alunos da educação especial.

Em 2001, as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica definiram que:

[...] é delegado às escolas organizarem-se para o atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais, matriculando todos os alunos e assegurando-os a um ensino de qualidade (BRASIL, 2001).

Com esse decreto, ficou definida a obrigatoriedade de organização escolar para os alunos da educação especial, a fim de que haja uma inclusão efetiva e de qualidade para todos os alunos.

A Constituição Federal de 1988, vigente no Brasil, em seu artigo 205 garante a educação como um direito de todo cidadão, bem como condições de acesso e permanência na escola e a oferta do atendimento educacional especializado sendo realizado preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2008).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN no 9394/96) a qual preconiza que todos os sistemas de ensino têm que assegurar o direito de todos à educação, em seu capítulo V é ressaltado que:

[...] entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (BRASIL, 1996, art. 58)

E, aos professores, se faz necessário:

[...] especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996, art. 59, inc. III).

Essas propostas têm como objetivo disponibilizar ambientes educacionais para todos, auxiliar atividades pedagógicas realizadas em sala de aula e acabar com a acepção dos indivíduos pertencentes a educação especial, como anteriormente instaurada no ambiente escolar.

Considerando a necessidade de práticas de ensino que atendam a todas as

pessoas em suas especificidades e nesse sentido o professor como aquele que tem contato direto com o aluno, a formação docente se tornou uma grande preocupação social e principalmente a formação docente na perspectiva inclusiva o que “denota um movimento em direção a um sentido de inclusão social, e o sujeito com deficiência passa a dividir a mesma cena com os sujeitos sem deficiência” (ROZEK, 2013, p. 137).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial, passa então a ser definida como:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p.16).

Mattos (2011), aponta que, mesmo com o amparo destes documentos ainda é perceptível que existem carências na educação inclusiva.

Diante disso, fica claro que, pensar a educação especial requer o reconhecimento da importância a partir de todos os envolvidos, sejam eles, pais, familiares, escola, professores, mediadores, equipe pedagógica, políticos, governos, dentre tantos outros, a fim de que todo o processo acerca da educação especial não venha produzir um espaço distante do esperado, onde se exclui ainda que esteja objetivando se incluir.

Junto aos professores do município de Campos dos Goytacazes foi realizada uma pesquisa qualitativa buscando refletir sobre a sua formação em educação inclusiva.

2 | METODOLOGIA

No presente trabalho foi utilizada a metodologia de natureza qualitativa e se deu através de revisão bibliográfica e realização de questionário com a participação de professores do município de Campos dos Goytacazes/ RJ. Esta pesquisa teve início no segundo semestre do ano de 2017 e visa traçar o perfil dos educadores, das redes pública e privada, da educação infantil ao ensino fundamental, do presente município, além de buscar entender de que forma e em que período ocorreu o processo de aprendizagem de estratégias inclusivas dos mesmos.

O questionário foi construído de acordo Nogueira (2002), utilizando a ferramenta “Google Forms”, distribuído através do compartilhamento do “link” e respondido “online”, de forma anônima por 36 professores.

Neste município, de acordo com os dados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, atuam no ensino pré-escolar, 811 docentes, somando escola municipal, estadual, federal e privada. De igual forma, no ensino fundamental, atuam 4.288 e no ensino médio, 1.705. Com um somatório de 658 escolas no total e 97.598 matrículas, esses dados foram divulgados pelo Ministério da Educação - Censo Educacional do ano de 2015.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

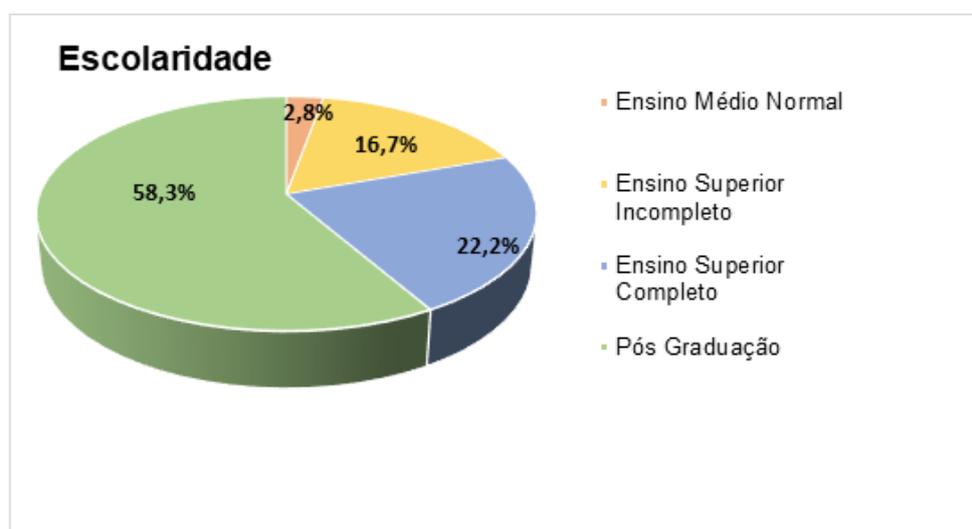


Gráfico 1: Nível de escolaridade dos professores

No Gráfico 1 verificamos que há professores apenas com nível médio, que provavelmente atuam na educação infantil e nos cinco primeiros anos de escolaridade como disposto na Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de 1996 que trouxe a regulamentação da formação de professores na sua formação inicial em seu artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996, art. 62)

Os dados indicam que a maior parte dos professores pesquisados possuem pós graduação, o que aparece em consonância com as metas para o Plano Nacional de Educação que é de “formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”(PNE 2014).

Mendes (2004) pontua ainda que:

Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (MENDES, 2004, p. 227).

Para se obter sucesso na inclusão escolar os professores devem estar capacitados para atender a essa diversidade e que se tenha condições de trabalho, condições para fazer as adaptações físicas e materiais, assim como a oferta de formação continuada.

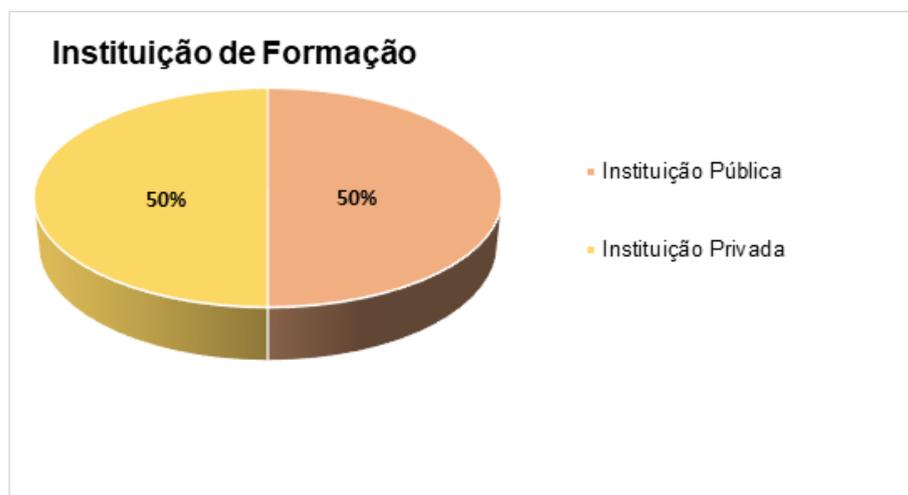


Gráfico 2: Instituição de formação dos professores.

Não há avaliação da qualidade dos resultados dos cursos de preparação docente, sejam eles públicos ou privados, pois suas formações têm sido tratadas como qualquer outro curso de nível superior, sem considerar seu papel estratégico para todo o sistema educacional o país. Como os demais cursos superiores, eles são previamente autorizados e reconhecidos.

Ao relacionar o ano de formação e as instituições em que foram realizadas devemos levar em consideração que em 2009 foi formulada, no âmbito da CAPES/ MEC, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, e instituído o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que favoreceu a formação em nível superior em universidades públicas, outro aspecto a ser considerado é a expansão do ensino na modalidade EAD, Educação a distância, onde em 2011 os cursos de pedagogia são os mais oferecidos por instituições privadas: 77,5% das matrículas (sobre 587 mil alunos), ao passo que nas outras licenciaturas as matrículas privadas somam 42,4% (sobre 672 mil estudantes). Do total de matrículas na pedagogia, 48% estão na educação a distância, enquanto a proporção de alunos nas outras licenciaturas a distância é de apenas 19%.

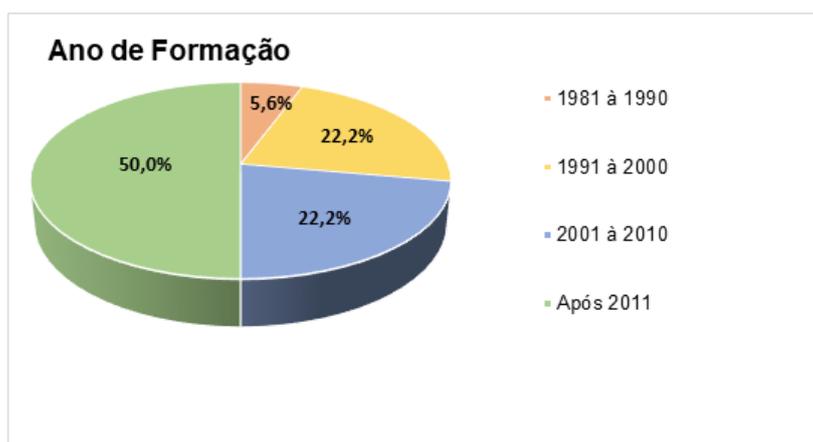


Gráfico 3: Ano de formação dos professores

No grupo de professores pesquisados há um número significativo de professores com formação após 2001, o que demonstra uma formação reflexiva em prol da inclusão levando em consideração a Declaração de Salamanca (1994), a LDB 9394 de 1996 e em sua formação inicial realizaram disciplinas voltadas para a educação inclusiva, visto que em 1994 foi homologado a PORTARIA N.º 1.793, onde:

Art.1º. Recomendar a inclusão da disciplina “ASPECTOS ÉTICO-POLÍTICO EDUCACIONAIS DA NORMALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas.

Corroborando com essa perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada de 2015 em seu Artigo 13 descreve:

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos, conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

A formação deve preparar a todos os professores para trabalhar com a diversidade, um professor reflexivo de sua prática assim como acrescenta Carvalho (2003, p.169):

Pensar na formação de professores não se deve ficar resumida a métodos de ensino, num pragmatismo que desconsidera a teoria e desvaloriza inclusive a construção de teorias, a partir da própria prática. Mas para esta construção, além da bagagem teórica, o professor necessita estimular sua capacidade crítica e reflexiva, para se perceber e agir como pesquisador.

A formação do professor se faz necessária para que ao se deparar com a diversidade esteja preparado para reformular sua prática e consolidar uma prática inclusiva

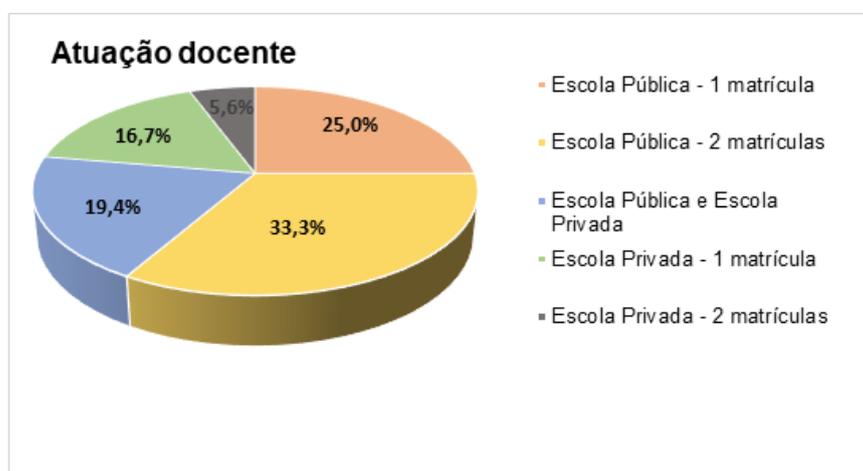


Gráfico 4: Número de matrículas dos professores e atuação em instituições públicas ou privadas.

Quanto aos dados obtidos no que tange a atuação docente observa-se maior número de professores atuando na rede pública o que não se mostra muito diferente daqueles obtidos em âmbito nacional de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica de 2016:

75,6% dos docentes trabalham exclusivamente na rede pública de ensino, em escolas federais, estaduais ou municipais. Do total de docentes, 20,6% atuam exclusivamente na rede privada. De modo que, 3,8% atuam tanto na rede pública quanto na privada (p.23)

O número de professores que atuam com duas matrículas é superior aos outros, o que pode acontecer em decorrência da má remuneração, conforme Gatti e Barretto (2009, p. 247) pontuam “os salários recebidos pelos professores não são tão compensadores, especialmente em relação às tarefas que lhes são atribuídas”, sendo necessária assim trabalhar uma maior carga horária para aumentar a renda salarial.

Monlevade (2000, p. 279) também sugere que os baixos salários, à medida que levam o professor a aumentar a sua jornada de trabalho para compensá-los, impedem a formação continuada do docente, roubando-lhe o tempo necessário para sua, “realimentação profissional”.

O excesso de trabalho resulta ainda na falta de tempo para a formação continuada como concluiu Feitosa, Júnior e Carvalho (2010):

Com relação à falta de interesse de alguns professores em participar da formação continuada, se deve a sobrecarga de trabalho, stress da profissão, baixa remuneração, desvalorização do profissional da educação, condições precárias de trabalho, como ainda o descaso político em oferecer uma educação pública de qualidade e prioritária, entre outros fatores. (p.10)

A desvalorização profissional e o excesso de trabalho podem levar ao desinteresse pela formação continuada, o professor sobrecarregado fica sem tempo ou cansado para frequentar este tipo de formação reflexiva para a sua prática.

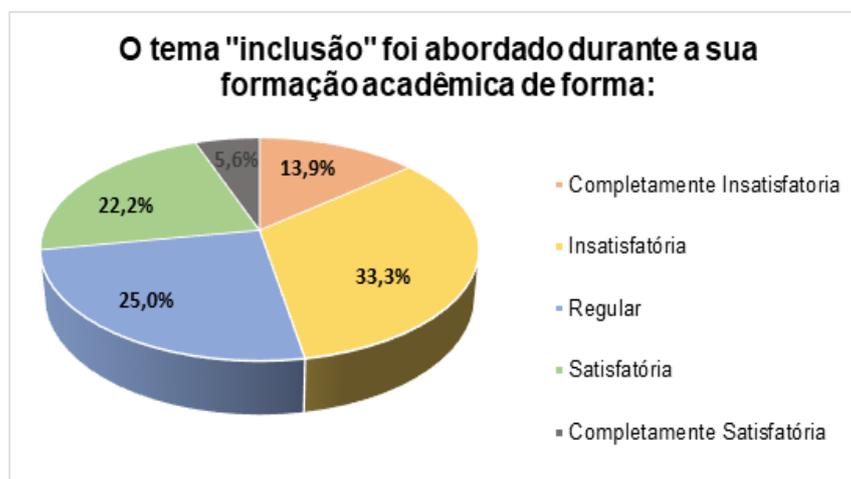


Gráfico 5: Abordagem quanto ao tema educação inclusiva na formação acadêmica dos professores

As respostas obtidas quanto à forma que o tema inclusão foi abordado durante a formação acadêmica (Gráfico 5), é bastante alarmante, pois Jesus e Effgen (2012),

apontam que embora exista uma política nacional de inclusão, a forma como ela é abordada vai depender do conhecimento dos profissionais da educação sobre o assunto. Martins (2012) destaca que:

Dentro de uma perspectiva de ampliação dos sistemas, com vistas não apenas ao crescimento quantitativo de matrícula, mas também à melhoria do sistema escolar, necessário se faz, entre outros aspectos, o aprimoramento do sistema de gestão, da atuação dos profissionais e do processo de ensino e aprendizagem. (MARTINS, 2012, p.28)

Sobre a formação dos professores acerca da inclusão utilizaremos as contribuições de Mantoan (2006) que afirma que os currículos dos cursos de formação precisam sofrer alterações para que os professores aprendam a lidar com a diversidade, “a formação enfatiza a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento como na formação de atitudes e valores do cidadão. Por isso a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino” (Manton, 2006, p.55).

Para minimizar essa carência na formação inicial dos professores a Secretaria de Educação do município de Campos dos Goytacazes /RJ, através do setor multiprofissional e de Atendimento Educacional Especializado, disponibiliza cursos de capacitação em “Sistema Braille”, “Soroban”, “O aluno com surdez e a sala regular”, Música na Inclusão Escolar: uma abordagem musicoterapêutica e psicomotora” para todos os professores oriundos da rede municipal de ensino em resposta ao Artigo 62 da LDB 9394 de 1996 que diz:

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

Goldberg realizou, em 2005, uma pesquisa acerca das expectativas dos professores diante da possibilidade de inclusão de alunos especiais em suas classes e, como resultado, foi exposto que os professores manifestaram certo medo e ansiedade frente ao laudo trazido pelo aluno, mais do que à criança em si. A resistência de muitos professores ao se depararem com alunos diferentes do padrão, se dá muito pela falta de conhecimento, que, por vezes, não é adquirida nem em sua formação acadêmica nem posteriormente a ela, com isso, acabam apresentando ideias distorcidas a respeito do assunto.

4 | CONCLUSÕES

Neste trabalho, apresentamos um breve histórico acerca da lei que assegura a inclusão dos alunos na rede regular de ensino, destacando a formação docente dos educadores atuantes no município de Campos dos Goytacazes – RJ.

Diante do exposto acima, concluímos que a formação dos professores nas últimas décadas tem sofrido modificações relevantes, mesmo que ainda insuficientes, a fim de atender as demandas legais e o conseqüente aumento do número de matriculados

com deficiência na rede regular. Dito isso, ressaltamos que o tema inclusão nos cursos de formação analisados, ainda é muito pouco estudado.

A inclusão de todos os alunos requer uma formação docente de qualidade e, se faz necessário que seja de forma continuada para que possa atender a diversidade de alunos da educação inclusiva respeitando suas respectivas particularidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria 1793**. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Educacional 2015**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/pesquisa/13/0?indicador=5924>> Acesso em: 05 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior, 2011**. Brasília: MEC/ INEP/DEED, 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Portaria normativa n. 9, de 30 de junho de 2009**. Institui o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC, 1 jul. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília/DF. 2001.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2016**. Notas Estatísticas. Brasília, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf Acesso em: 05 maio 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. 3ª edição. Porto Alegre: Mediação, 2003.

FEITOSA, C. JÚNIOR, J.L.M.; CARVALHO, S.C.S. A formação continuada: por que professores da rede pública não participam de formação continuada? Algumas reflexões sobre a práxis docente. **Revista Itinerarius Reflectionis**, Jataí, GO, 2010.

GATTI, B. BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

JESUS, D. M.; EFFGEN, A. P. S. **Formação docente e práticas pedagógicas**: Conexões,

possibilidades e tensões. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. (Org). *O professor e a educação inclusiva – Formação, práticas e lugares*. Bahia: EDUFBA, 2012. p. 17-24.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? 2ª ed. São Paulo. Moderna. 2006

MARTINS, L. A. R. **Reflexões de professores com vistas à educação**. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. (Org). *O professor e a educação inclusiva – Formação, práticas e lugares*. Bahia: EDUFBA, 2012. p. 25-38.

MATTOS, L. K.; NUERNBERG, A. H. Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n. 39, p. 129-142, jan./abr. 2011.

MENDES, E. G. **Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar**. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. *Temas em educação especial: avanços recentes*. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

MONLEVADE, J. A. C. Valorização salarial dos professores: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores da educação básica pública. 2000. 315 f. **Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.**

NOGUEIRA, R. *Elaboração e Análise de Questionário: Uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real*. Rio de Janeiro. **UFRJ/ COPPEAD**. 2002.

ROZEK, M. **As contribuições da hermenêutica de Gadamer para a formação de professores**. *Educação*, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 115-120, jan./abr. 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-078-0

